Apresentação do dossiê

Sofrimentos e modos de governo em perspectiva etnográfica: questões analíticas, éticas e poéticas de pesquisas em contextos de dor e sofrimento

Everton de Oliveira
Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP
Pesquisador do Laboratório de Antropologia da Religião da UNICAMP
Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS

Larissa Nadai
Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP
Pós-doutoranda em Antropologia Social na Universidade de São Paulo

Leticia Ferreira
Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/ UFRJ
Professora adjunta do Departamento de Antropologia Cultural
Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - UFRJ

Natália Corazza Padovani
Doutora em Antropologia Social pela UNICAMP
Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Antropologia Social da UNICAMP
Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu

A ideia de governo não é intrinsecamente política. Podemos segui-la em seu germe na reforma da magistratura dos primeiros anos da Europa moderna, estimulada pelo problema da bruxaria e do demonismo de modo geral (CLARK, 2006), ou ainda, como sugere Foucault (2008), podemos segui-la para ainda mais longe, para o intervalo entre os séculos III e IV, isto é, no processo de institucionalização da Igreja católica. Deste modo, notaríamos que o governo é propriamente uma ideia reguladora, que busca uma direção moral, espiritual, corporal e, claro, de rebanho.[1] No entanto, desde o ponto em que política e governo tiveram necessariamente que

[1] Em *Segurança Território e População*, Foucault (2008) analisa diversos processos de "governo", os quais permitem capilarizar práticas e efeitos de poder e de Estado, simultaneamente, distintos e convergentes. Ao se debruçar especificamente ao que chama de "poder pastoral", Foucault argumenta que esse é uma relação de poder diferente da soberania. Por poder soberano, compreende-se um poder centralizado na figura do soberano e de subjugação dos "súditos". No poder pastoral a centralidade da relação de poder figura-se no "rebanho" ao qual o pastor cuida. As ações do pastor objetivam o "bem-estar social" ou o "fazer viver" de cada membro do rebanho. Com o desenvolvimento das análises de Foucault no conjunto de aulas organizadas em *Segurança, Território e População*, apreende-se que poder soberano e pastoral se configuram em tramas de processos que relacionam práticas policiais, bem como de cuidado e assistência social – ambas fundamentadas em dispositivos, como o da sexualidade que está na base da produção dos racismos (FOUCAULT, 1979), os quais implicam em noções de "classes perigosas" e "vulneráveis". Nesse sentido, poder pastoral e soberano vinculam-se com o que Foucault vai chamar de "governamentalidade".

conviver, mais especialmente nos anos que envolveram a reforma – e criação – do Estado moderno[2] enquanto uma entidade a ser conservada, o poder de governo passou a ser pensado necessariamente enquanto uma força exterior, estrangeira ou alienígena, de fora dos lugares situados, como um poder que vem fundamentalmente de cima para baixo. Deixou-se de pensar o governo enquanto existência moral e passou-se a pensar enquanto de existência política.

Já há algum tempo, pesquisas empíricas e reflexões teóricas diversas no campo das Ciências Sociais têm lidado com o caráter propriamente moral da ideia de governo, bem como com a proeminência conferida à relação entre governo e política, tantas vezes pressuposta como intrínseca (cf. FASSIN e LEZÉ, 2018; RIFIOTIS e SEGATA, 2019). No campo da antropologia, mas não apenas nele, a ideia de um governo imbricado à ideia de Estado foi revista e a própria noção de Estado passou a ser deixada de lado quando a questão era se estudar a política, o próprio "Estado" em sua efetivação ou não a partir de seus efeitos locais em espaços marginais, o governo, a administração e o espaço público. Questões como moral, regulações concorrentes, ilegalismos, religião, parentesco, famílias, grupos políticos, reciprocidade etc., entraram em definitivo na análise e se tornou tarefa central observar antes a composição de governo que constitui o lugar etnografado do que a comparação entre um nível institucional-normativo e outro local-desviante. Disso decorreu a superação da noção de territórios e populações "desgovernadas", os quais eram reiteradamente categorizados sócio historicamente nas produções das ciências humanas como "carentes de governo", carentes de "Estado".

Este dossiê é tributário do desenvolvimento analítico e das críticas, amplamente cunhadas no bojo das teorias feministas e pós-coloniais (MOHANTY, 1984; MCCLINTOCK, 2010; OLIVEIRA FILHO, 1988), sobre "governo" e relações de poder. Produções que demonstraram o fato de haver, inevitavelmente, práticas e relações burocráticas, morais, pessoais e políticas, as quais produzem tecnologias de governo, em todos os lugares e territórios. Nesta equação, contudo, há um ingrediente que consideramos fundamental para a análise de governo e que ainda não foi tomado como central, apesar de figurar em várias etnografias a partir dos anos 1990: o sofrimento.

[2] Cabe destacar que a noção de Estado moderno está intrinsecamente vinculada a ideias produzidas no bojo dos processos coloniais de poder. A noção de "Estado Moderno" carrega, em si, pressuposições euro-centradas e de caráter positivista que vinculam "civilização", "modernidade" e "desenvolvimento" a localizações de poder e saber marcadas por hierarquias geopolíticas. As mesmas hierarquias relacionais que também localizam os não civilizados, modernos ou, mais recentemente, as sociedades "em desenvolvimento" (QUIJANO, 2005). Ao analisarmos "governo dos sofrimentos", neste artigo, contudo, compreendemos que estamos em diálogo, justamente, com o léxico da governamentalidade de que falava Foucault. Um léxico próprio das práticas coloniais de poder e saber que são capilarizadas nas relações e instituições voltadas para o "cuidado", o "fazer viver" e a produção de saber sobre a "sanidade" de sujeitos e populações.

Tomar o sofrimento como elemento central da pesquisa etnográfica envolve ao menos três níveis: 1) ético metodológico, 2) de análise empírica das práticas e tecnologias de governo voltadas para o sofrimento, 3) produção de categorias teóricas e epistêmicas. Cabe destacar, ainda, que o etnógrafo não está ileso ao sofrimento dos limites emocionais da pesquisa de campo, de modo que a etnografia é, como não poderia deixar de ser, desenvolvida na relação do pesquisador com as pessoas que vivem em contextos de dor e sofrimento.[3]

Nosso objetivo central na organização do presente dossiê foi precisamente dar atenção às variadas articulações entre técnicas de governo e modalidades de sofrimento implicadas em situações etnográficas diversas, bem como aos dilemas colocados às três distintas ordens de problemas apontadas acima. Ou seja, seu viés analítico – o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como "dor", "sofrimento", "sofrer"; os desafios metodológicos – como fazer etnografia de/em situações de sofrimento?; e suas composições éticas - até onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaixão desenfreada ou um desejo de governo renovado? Com estas questões em nosso horizonte, organizamos o dossiê de modo a colocar em diálogo variados contextos de pesquisa que, por um lado, estão atentos a como a força ética produtiva do sofrimento pode ceder espaço à força produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e populações governáveis. E, de outro lado, que não se furtam a descrever a dor como uma estética e uma poética de viver o mundo, cujo modo situado de análise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

O dossiê é produto da apresentação de artigos e da discussão coletiva que tiveram lugar no âmbito do Grupo de Trabalho "Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor", coordenado por Natália Padovani e Letícia Ferreira na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em Brasília entre 9 e 12 de dezembro de 2018. O GT teve como debatedores Larissa Nadai e Everton de Oliveira, e rendeu excelentes reflexões teóricas, além de fortes cruzamentos entre questões etnográficas apresentadas por pesquisadores em diferentes níveis de formação e inseridos em diversos contextos acadêmicos e regiões do Brasil.

Neste texto de apresentação do volume, compartilharemos algumas questões suscitadas pelo encontro dos trabalhos aqui publicados no GT da 31ª RBA e, posteriormente, pela leitura de suas versões finais para a composição do dossiê. Em seguida, faremos uma breve apresentação de

[3] Importante salientar que existe uma vasta e consolidada produção voltada, mais especificamente, para a antropologia das emoções da qual a produção das reflexões aqui desenvolvidas é, também, um desdobramento. Autoras como Claudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho (2010), bem como Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990), tematizam o fazer antropológico em contextos de dor e sofrimento, mas também a poética de suas escritas etnográficas. O desenvolvimento das análises que propomos neste dossiê e em nossas discussões prévias fundamentam-se, contudo, menos nas vivências e descrições subjetivas das emoções, e mais em etnografias voltadas para processos de Estado e práticas de governo da dor. Nossa proposição analítica nos parece estar na justaposição da antropologia dos processos de Estado e das emoções.

cada um dos artigos. Antes de seguir, porém, gostaríamos de recuperar o histórico das discussões coletivas em torno das relações entre sofrimento e modos de governo que temos procurado fomentar.

As discussões tiveram início no Workshop *Sofrimentos e modos de governo: como fazer etnografia em contextos formados e informados pela dor*, realizado em novembro de 2015, na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. O evento organizado por Everton de Oliveira e Larissa Nadai permitiu uma primeira rodada de debates, ao congregar pesquisadores e pesquisadoras[4] preocupados em etnografar contextos de governança tramados e/ou enredados pela dor. A escrita etnográfica, em seu caráter mais vigoroso e pulsante, já aparecia nesse evento primeiro como uma marca determinante e intransponível a contextos "formados e informados pela dor". No workshop ficava bastante evidente a força da etnografia para aqueles que, enredados pela dor e crentes de partilharem uma condição comum de "sujeitos de Estado" (LUGONES, 2014), constituíam suas pesquisas e escritas numa perspectiva de partilha e/ou atravessamento frente à dor e ao sofrimento vivenciados em campo.

Diante das múltiplas frentes de reflexão abertas ao longo do workshop, idealizamos uma nova proposta, agora, num formato de painel. Denominado "O governo do sofrimento e o sofrimento como forma de governo", coordenado por Larissa Nadai e Everton de Oliveira, o painel integrou a programação do VI Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA), ocorrido em junho de 2016, Coimbra, Portugal e contou com a apresentação de um novo grupo de pesquisadores[5]. Nesse encontro, o foco estava nas distintas formas pelas quais o *cuidado* – tomado a partir das práticas institucionais e de agentes de *governo* – era manejado e servia de anteparo ao trabalho de tribunais, corporações policiais, ONGs, centros de saúde, organizações de direitos humanos, etc.

Sobre governo e sobre sofrimento: questões cruzadas

O encontro entre os trabalhos aqui publicados no âmbito do GT da 31ªRBA, em Brasília, precipitou-se em um intenso ambiente de debate coletivo sobre diferentes modalidades de articulação entre sofrimento e governo e, ainda, sobre os desafios do enquadramento narrativo de situações de sofrimento quando as transformamos em matéria de escrita etnográfica.

---

[4] O evento foi dividido em duas mesas de debates. A primeira mesa reuniu os trabalhos de Everton de Oliveira, Julian Simões, Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira, Natalia Corazza Padovani e Rafaela Etchebere Gav. A segunda mesa congregou os trabalhos de Larissa Nadai, Lucas Freire, Roberto Efrem Filho e Juliana Farias.

[5] O painel destinado ao eixo temático Práticas e Metodologias contou com a participação de Maria Gabriela Lugones, Silvia Aguião, Julian Simões, Juan Ricardo Aparicio e Everton de Oliveira e Larissa Nadai. O debate ficou a cargo da professora Maria Filomena Gregori.

Epicentro de disputas de projetos políticos e institucionais que articulam mais ou menos normativas humanitaristas vinculadas à noção de "cuidado dos vulneráveis" e/ou "guerra aos perigosos", o fato de tais análises e descrições terem sido intercambiadas num evento ocorrido no distrito federal do Estado brasileiro, torna esse dossiê ainda mais provocador. Isso porque, os campos etnográficos apresentados pelos autores são parte de gramáticas e práticas sócio-políticas embebidas em noções de desenvolvimento e liberalismo econômicos. Essas, não deixam de massacrar, criminalizar, assassinar, enfim, fazer sofrer e governar a dor de setores populacionais significativos, mas o faz pelos léxicos da institucionalidade de Estado respaldada pelas lógicas do cuidado e do governo das populações "excluídas". Gramática permanentemente vinculada a políticas de "inclusão social", de preenchimento das lacunas de uma suposta "ausência de Estado" pelas práticas de agentes estatais cuidadores.

O momento de nosso encontro e o contexto da publicação deste dossiê, entretanto, é de ruptura com a gramática dos humanitarismos e do governo cuidador. Processos de Estado que rompem com as teias coloniais do liberalismo econômico (Foucault, 2008) vinculado a normativas de desenvolvimento social. Ruptura, portanto, com o próprio projeto de modernidade (QUIJANO, 2005; MCCLINTOCK, 2010). As tecnologias, agora, retumbam práticas outras de fazer sofrer. Tecnologias da dor que ostentam, sem higiene ou domesticidade, o sangue, a morte, a tortura, o estupro, o desterro e a destruição. Prática de governo da dor para as quais chamaram atenção, se não Foucault (2008) e sua tessitura de governamentalidade biopolítica, autores que analisaram processos coloniais da violência, como Michael Taussig (1993), Frantz Fanon (1961) e Achile Mbembe (2003). A ostentação do terror para a qual esses autores se voltam não deixa de ser uma forma de governo do sofrimento. Mas essa não se relaciona com o poder pastoral, antes, vincula-se às práticas de incisão da dor e da tortura sobre as quais se produz sofrimentos compartilhados em forma de "resiliência" (GUTERRES, neste volume) e "resistência" (AZEVEDO, neste volume).

Nesse sentido, um primeiro tema que se revelou incontornável para a reflexão coletiva em torno dos trabalhos foi o cuidado: o cuidado como forma de governo, o autocuidado como forma de governo e, ainda, as expectativas de cuidado tantas vezes projetadas em diversas instâncias e formas de governo por parte de sujeitos igualmente diversos. Percorrendo contextos tão variados quanto repartições públicas, hospitais, processos judiciais, movimentos sociais e itinerários terapêuticos, as etnografias aqui reunidas permitiram tematizar o cuidado sobretudo em sua dimensão moral, suscitando questões como: que limites devem ser respeitados no cuidado de si e de outrem?; que tipo de "alívio" do sofrimento é pensado como horizonte de governo em determinado contexto?; como direitos, formalidades e procedimentos institucionais são pensados

ora como estando aquém, ora como indo além do que se espera em termos de cuidado?; quando e de que modos o sofrimento é acionado como justificação para demandas por direitos?

Acompanhando essas interrogações, foram também levantados alguns dos desafios específicos da escrita etnográfica diante de contextos de dor, sofrimento e também violência, em especial o desafio mais imediato de lidar, em texto, com o choro, o silêncio e outras tantas formas de expressão da dor e do horror que enfrentamos em campo. Os artigos aqui reunidos, portanto, respondem também aos desafios mais amplos de lidarmos com o perigo do congelamento das experiências de sofrimento que nos são comunicadas em campo e, ao mesmo tempo, com a eventual eficácia política desse tipo de congelamento e da modulação de sofrimentos "certos" ou "verdadeiros" em contextos de disputa por recursos, justiça e reparação. De modo contraditório e paradoxal, por vezes, a dor/sofrimento serve de idioma através do qual pode-se habitar e estar no mundo. Isso se faz através da luta que não se abandona por qualquer coisa, como não se abandona o filho preso ou com deficiência; como não se deixa para trás a casa e o território, o vizinho com depressão, a comunidade ou as relações políticas e de militância.

Outro desafio iluminado pelos trabalhos foram as dificuldades de se construir estratégias narrativas confortáveis para lidar (ou contornar) com a questão da verdade e da mentira: seja a verdade e/ou a mentira compartilhadas conosco nas situações etnográficas forjadas por nossa presença em campo, seja a verdade e/ou a mentira acionadas por nossos interlocutores nos contextos de luta por direitos, recursos e/ou cuidado pelos quais transitam. Para além da interação em campo e das vidas e lutas de nossos interlocutores, ademais, os trabalhos evocaram o tema clássico da produção do horizonte da verossimilhança no texto etnográfico (PINA CABRAL, 2003), colocando-nos o desafio de pensar se e como essa questão é posta em contextos de dor e, sobretudo, de violência. Não obstante, um último desafio levantado pelo conjunto dos artigos é a necessidade de lidar, dentro dos limites formais de um texto etnográfico, com tudo aquilo que é da ordem do indizível, do insuportável e do impossível, mas que faz parte dos mundos ordinários e das vidas cotidianas de nossos interlocutores. Convidar a literatura, o cinema e outras artes para iluminar o material etnográfico produzido a partir de nossas interações em campo, assim como buscar incorporar sensações, ritmos, vazios, esquecimentos e outros elementos inauditos em nossos trabalhos são caminhos que os textos e os debates coletivos em torno deles deixaram sugeridos.

Na esteira desse debate, observa-se, no presente dossiê, uma tensão produtiva e propositiva entre dois eixos gravitacionais nos quais orbitam algumas propostas de inclusão desses elementos inauditos. O primeiro desses eixos, que aparece nos trabalhos de Desirée Azevedo, Anelise Guterres, Parry Scott e Luciana Lira, é a noção de *ser afetado*, que Jeanne Favret-

Saada (2005) propôs ao revisitar seu trabalho de campo, no Bocage francês. Proposta devidamente conhecida na academia brasileira, nota que, no decurso do trabalho de campo, situações que abalam nossa disposição sensorial convencional, as afecções, oferecem de forma privilegiada um caminho de comunicação, verbal ou não, muitas vezes de forma involuntária, entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. Restabelecer o sensível significava deixar a atenção demasiada ao inteligível de lado (a "observação participante"). Do mesmo modo, tomando por base o trabalho da Johannes Fabian (2013), o segundo eixo é a noção de *partilha*, presente nos trabalhos de Everton de Oliveira e Adriana Fernandes. Essa noção parte igualmente de uma proposta de restabelecimento da comunicação entre etnógrafo e seus colaboradores, a partir de um viés fenomenológico. Partindo do princípio de que a narrativa etnográfica tradicionalmente impôs uma enorme distância temporal entre a narrativa e seus personagens, a *partilha* implica um esforço de restabelecer a comunicação temporal entre a narração etnográfica e seu enredo, entre autor e personagens, uma "coetaneidade" temporal no qual autor e personagens estão igualmente sujeitos à narração etnográfica. Entre esses eixos gravitacionais, uma coisa era certa: o sofrimento, termo incansavelmente problematizado nos trabalhos deste dossiê, permitia arranjos singulares em campo, assim como etnografias compósitas, próprias de uma narração forjada na comunicação sensível entre a escrita e o universo narrado.

A própria noção de governo, do mesmo modo, foi menos uma presença constante e repetida regularmente nos trabalhos ora publicados e mais um ponto de partida para importantes interpelações e perguntas iluminadoras das situações, relações e contextos pesquisados pelos autores reunidos no dossiê. O que ou quem se governa? Qual é, afinal, a unidade sociológica do governo? Governa-se sujeitos, situações, conflitos, territórios e/ou relações? Além disso, o que significa estar "fora" do governo? É possível escapar a formas de governo? Ou, ao contrário, devemos buscar descrever configurações mais amplas de governo que revelem a própria produção de uma ideia do que estaria "fora" dele como elemento central de sua arquitetura? Diante dessas perguntas, noções como a banalidade do mal (ARENDT, 1999) e a produção social da indiferença (HERZFELD, 1992) revelaram-se boas para pensar sobre as tramas, os procedimentos e as engrenagens das burocracias e formas de governo descritas em alguns dos artigos, envolvidas não só na administração de sujeitos, recursos e relações, mas em muitos casos também produtoras de exclusão, vulnerabilidade e morte. Sofrer é, portanto, materializado e inscrito a partir de uma multiplicidade de imagens, materialidades, enredos, termos e modos de montar e remontar experiências. Conformações que também tencionam o governo como um processo de administrar. Não à toa, em muitos momentos, as instâncias estatais são conformadas nos artigos aqui reunidos, mediante um idioma cujos polos são bastante evidentes. De um lado

estariam aqueles que são aliados – a militância, a médica que faz de todo o possível para agilizar o direito ao aborto legal, a antropóloga que empresta o dinheiro ou viabiliza a compra dos óculos, que segue junto ajudando a carregar crianças, equipamentos e mochilas, a rede de cuidado que dá apoio as peregrinações institucionais diante da zika etc. De outro estariam aqueles vistos como inimigos – a escrivã que questiona a veracidade do abuso, o perito que não fotografa a exaustão, o agente que tortura (mata, faz desaparecer), tira a casa, criminaliza o território, a diretora do abrigo que expulsa etc. Todavia, o Estado como ente (unificado, coerente e que paira sobre nós) é no miúdo – entre casos e causas – pluralizado. São setores, órgãos, instâncias, repartições, mas também políticas de assistência, técnicas de cuidados e de escrutínio que por serem captadas por meio de fragmentos e fragmentações, ganham múltiplas tonalidades, poéticas e composições éticas.

Dos artigos e suas tessituras

Diante do entrecruzamentos de temas e questões urgentes e pungentes, o dossiê é composto de oito artigos, oriundos de uma pluralidade de inserções e campos de pesquisa. De modo geral, cada um deles ao seu modo, busca desvelar as miúdas capilarizações pelas quais governo, sofrimento e etnografia se entrelaçam. Como o leitor irá notar, os autores aqui reunidos ora dão foco a aparelhos, práticas e mecânicas pelas quais se gesta corpos, crimes, doenças, populações e territórios, ora estão atentos às incertas e ambivalentes composições de escrita que dão carne a teses, cenas e/ou descrições.

Russell Parry Scott e Luciana Lira nos conduzem, em um só movimento analítico, ao cotidiano das chamadas "mães de micro" e ao compasso de sua pesquisa junto a essas mulheres - compasso esse definido pelas diversas formas de apresentação da "emergência" nas vidas de suas interlocutoras de pesquisa, e não por parâmetros externos às relações constitutivas da etnografia que conduzem em Pernambuco, como seria de se esperar diante dos prazos e cronogramas impostos a pesquisas científicas no Brasil e no mundo. Propondo-se a acompanhar mulheres que contraíram o zika vírus durante suas gestações e cujos filhos nasceram com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZ) nos itinerários terapêuticos, andanças, cansaços e extenuantes peregrinações por instituições e espaços diversos que compõem o universo do cuidado de seus filhos, os pesquisadores optaram por privilegiar o tempo das mães, tanto como parte de suas estratégias ético-metodológicas, quanto como objeto de reflexão no artigo que escreveram para esse dossiê. No texto forte e interpelador dos autores, parte de sua importante produção sobre a SCZ no nordeste do Brasil, somos convidados a pensar não só sobre os sentidos de emergência forjados na vida cotidiana das "mães de micro" de Pernambuco, tema a que se dedicam mais

diretamente no artigo, mas também sobre os sentidos das nossas pressas e prazos como pesquisadores e, ainda, sobre os efeitos éticos, políticos e propriamente humanos de nossas escolhas enquanto etnógrafos.

Cilmara Veiga debruça-se sobre um universo de pesquisa em que horror, violência e morte se apresentam à pesquisadora previamente documentados em peças de processos criminais e em notícias de jornal. Compondo um conjunto de crimes em série que assolou a cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, nos anos 1990, narrativas textuais e imagéticas sobre idosas que foram vítimas fatais das ações de um "Maníaco Matador de Velhinhas" são o objeto de reflexão da autora, que os interpela em suas capacidades de ocultar, fazer ver e fazer acreditar – e isso não só no âmbito da produção da verdade judicial sobre os destinos das vítimas e do autor dos crimes, mas também no da produção de sua própria pesquisa sobre o tema. Nesse sentido, suspender pressupostos ilusórios de objetividade, neutralidade e tecnicidade diante daquilo que vemos e lemos enquanto pesquisamos, dispondo-se a recompor tramas, engrenagens e tecnologias de governo que operaram na administração judicial dos crimes em questão é não só um objetivo em si mesmo do texto de Cilmara Veiga, mas também uma estratégia analítica adotada pela autora que suscita importantes reflexões, para além de seu universo de pesquisa, sobre as engrenagens da própria escrita etnográfica diante de situações de sofrimento e violência. A composição do texto etnográfico, afinal, é também um processo de documentação, dotado de uma forte dimensão ética e poética e capaz de ocultar, fazer ver e fazer acreditar.

Larissa Nadai adentra o universo ao mesmo tempo formal, padronizado e repleto de sutilezas e moralidades das narrativas documentais que compõem casos de estupro e de atentado violento ao pudor envolvendo crianças. Analisando casos que foram investigados na Delegacia de Defesa da Mulher da cidade de Campinas, São Paulo, a autora nos revela como a articulação entre as formalidades burocráticas próprias ao universo policial e os sentimentos morais associados, por um lado, à infância, e, por outro, às biografias "certas" (e sobretudo "erradas") de adultos é parte fundamental não simplesmente da administração dos casos em termos gerais, mas da própria escrita e produção de cada um dos papéis que os compõem. Sedimentada na forma diferencial como as vozes das crianças e dos adultos ficam registradas em documentos devidamente carimbados e arquivados na delegacia, uma convenção narrativa "empática", como propõe Larissa Nadai, derivada dos sentimentos morais associados à infância, consolida-se como forma de descrever, registrar, enfim, governar os casos e os desafios que eles impõem às policiais.

Julian Simões analisa, por sua vez, um dispositivo médico-jurídico que situa mulheres vítimas de abuso atendidas por um hospital de referência entre as categorias de vulnerabilidade e deficiência intelectual, tendo na categoria de incapacidade um território comum. Esse dispositivo

poderia ser visto como um aparato de "sofrimento generalizado", que constrói a mulher vítima de violência sexual como justificativa moral de acesso a direitos sexuais e reprodutivos. Acompanhamos, nesse ínterim, as trajetórias de Mônica, Nice, Laura e Maria, que tiveram seus casos debatidos pela equipe médica do hospital, na qual Julian acompanhava, entre narrativas e esperas.

Voltando-se para um contexto etnográfico bastante distinto dos trabalhados pelos autores acima, Anelise dos Santos Guterres analisa as práticas de resistir produzidas por seus interlocutores de pesquisa. Pessoas que convivem com a ameaça da remoção e a própria remoção de suas moradias construídas em favelas e periferias do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. Por meio das tensões de força e assimetrias brutais que Anelise encontra em seu campo, ela propõe pensar a categoria "resiliência" como uma forma particular de resistência. No artigo publicado neste dossiê, a autora faz um ensaio teórico e analítico que busca resgatar o desenvolvimento e usos da categoria resiliência em diferentes campos do saber e do governo do sofrimento.

Como Anelise destaca em sua tese (2014), a noção de resiliência em sua etnografia decorre da fala de Francisca, que diz: "Eu posso até ter um derrame, um enfarto, mas eu vou ter esse derrame, esse enfarto lutando por aquilo que eu construí. Lutando por aquilo que eu cheguei até o dia de hoje, eu não vou me deixar levar tão fácil assim, não" (GUTERRES, 2014: 352). Categorias próprias da resistência se imiscuem, aqui, à capacidade resiliente de governar seu próprio sofrimento para a manutenção da vida no tempo da luta.

É do mesmo léxico de luta e persistência que nos fala o artigo de Desirée Azevedo. Disposta a olhar com minúcia para sua tese de doutorado realizada junto a uma complexa trama de atores e instituições que buscam reconhecimento e reparação das violências cometidas durante a Ditadura pelo Estado brasileiro, a antropóloga nos enleia a uma cortante composição ética. Interpelada pela fala de uma de suas interlocutoras de que certos trabalhos feitos sobre *movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos,* tomam a história de alguns "como se fossem suas, porque também vive por meio dela", Desirée Azevedo desvela com acuidade e delicadeza uma gama variada de composições afetivas, éticas e políticas de valer-se do sofrimento como "nó entre as dimensões sensível, governamental, e etnográfica". Atenta as ambiguidades e desigualdades que atravessaram seu posicionamento nessa ampla trama de organizações, gestores, profissionais de Direitos Humanos, acadêmicos, militantes e familiares de mortos e desaparecidos políticos, a autora nos oferece, por um lado, um retrato sensível da "luta que não se abandona" e dos meandros pelos quais o sofrimento e o luto pessoal permitem fiar comunidades políticas, memória nacional e autoridade. De outro lado, centrada nas imbricações morais e éticas impostas a sua pesquisa nos enreda num potente debate metodológico, cujo cerne nos ajuda a

repensar os ditames pelos quais construímos nossas interlocuções, partilhamos espaços políticos/afetivos e, obviamente, produzimos conhecimento.

Em conexão com os efeitos éticos e etnográficos até aqui delineados, Everton de Oliveira nos leva até a "nervosa" e penosa São Martinho. Uma colônia alemã encrustada na Encosta da Serra, Rio Grande do Sul, onde *alemães* e *alemoas* aficionados pelo trabalho entreteciam-se ao desafio de lançar-se ao "movimento" de cuidar das coisas, de si mesmo, das relações, de parentes e familiares; um cuidado com a vila e com a comunidade. Condição hercúlea, os *"cuidados de"* roças, casas, jardins e o *"cuidado com"* relações, fofocas, vizinhos tornavam a vida na colônia um equilíbrio tênue entre "estar nervoso" e "sofrer". Sensação partilhada e vivenciada pelo próprio antropólogo que, ao se mudar de "mala e cuia" para São Martinho, tornou-se ele mesmo *nervoso* ao ver *alemães* e *alemoas* curvados ao saírem das fábricas depois de um extenuante dia de trabalho; ou, ao se ver às voltas com os cuidados da horta ou do jardim de sua própria casa e das relações de partilha com seus vizinhos. É através dos enredamentos produzidos pela minuciosa descrição etnográfica de Everton de Oliveira que somos levados a partilhar os percalços que não dão folga aos *nervos* de Marcela. Aliás, é exatamente da composição possível entre o vivido e o partilhado no tempo da relação com Marcela, no tempo da São Martinho gelada e nervosa que o antropólogo, num diálogo franco e destemido com a antropologia e seus cânones, nos permite questionar as modulações, enquadramentos e temporalidades que conformam a própria escrita etnográfica.

Problema que nos leva igualmente ao artigo de Adriana Fernandes, abertura heurística que nos apresenta todo um universo de questões, próprias de um cotidiano habitado pelo sofrimento. Se tivéssemos que sobrepor o artigo de Adriana em dois eixos, em um se disporia uma questão analítica que trata da dimensão produtiva do sofrimento enquanto um território existencial, seu deslocamento expresso nas marcas das políticas governamentais para populações marginalizadas, assim como da agência possível que esse sofrimento oferece no acesso a políticas sociais. Em outro eixo, próprio ao deslocamento da autora por ambientes de pesquisa e convívio, podemos acompanhar principalmente o mundo dos abrigos municipais do Rio de Janeiro, pelos quais Adriana caminhou e partilhou entre 2015 e 2016, assim como sua recente trajetória junto a familiares de pessoas vítimas de violências do Estado por equipamentos de saúde, atos públicos, serviços, assim como pelo próprio cotidiano. Perpassando esses dois eixos, como uma transversal, a questão etnográfica é trazida mais uma vez à tona. Dizíamos, mais acima, que duas tendências guiavam esses debates nos artigos deste dossiê: o *ser afetado* e a *partilha*. O problema para Adriana claramente era a partilha, habitar esse mundo aberto pelo próprio sofrimento, ou, como associa precisamente, pelo "cogito ferido", noção que traz de Jeanne Marie Gagnebin,

como o habitar o mundo antes mesmo da tomada de consciência, na mediação, a despeito da oposição possível entre sujeitos e objetos. O modo como faz isso é aproximando o ofício da etnografia ao ofício do AT (acompanhante terapêutico), associando o *estar junto a outra pessoa* com o *estar junto em ação*.

Se as ciências são desenvolvidas nos desvelos da realidade infinita, suas ações são inescapavelmente superadas pelo tempo (WEBER, 2002). Os artigos publicados neste dossiê não revelam realidades superadas nas práticas e governo das dores e sofrimentos. Antes, perfazem análises densas de etnografias complexas e escritas poéticas que se voltam para as torções contemporâneas dos colonialismos de Estado, sempre em processos de reinvenção, do fazer sofrer para governar a dor.

Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila e LUTZ, Catherine (edits). **Language and the politics of emotion:** Studies in Emotion and Social Interaction. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém:** um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CLARK, Stuart. **Pensando com Demônios**: a ideia de bruxaria no princípio da Europa moderna. São Paulo: EdUSP, 2006.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução: Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia Ilimitada Editora, 1961.

FASSIN, Didier e LÉZÉ. **A questão moral**: uma antologia crítica. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Cadernos de Campo** n.13., 2005. p.155-161.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUTERRES, Anelise dos Santos. **A resiliência enquanto experiência de dignidade**: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014. Tese (Doutorado em Programa de Pós- graduação em Antropologia Social- PPGAS) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

HERZFELD, Michael. **The social production of indifference**: the symbolic roots of western bureaucracy. Chicago: Chicago University Press, 1992.

LUGONES, Maria Gabriela Lugones. "(In)credulidades compartidas: expedientes para observar administraciones estatales." In Castilho et al. (org) **Antropologia das práticas de poder:** reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014.

MBEMBE, Achile "Necropolitics". **Public Culture**. Duke University Press. v. 15, nº1, winter, p. 11-40,2003.Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/postgraduate/masters/modules/postcol_theory/mbembe_22necropolitics22.pdf (último acesso: 29 de julho de 2019).

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses", **Boundary** 2 12(3), 1984, p.333-358, 1984.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nosso governo**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

PINA CABRAL, João de. Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica. **Mana** vol.9 no.1 Rio de Janeiro, Abril. 2003.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In.: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber** - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REZENDE, Claudia Barcellos e COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. Série Sociedade e Cultura, 2010.

RIFIOTIS, T.; SEGATA, Jean (orgs.) . **Políticas etnográficas no campo da moral**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/ABAPublicações, 2019.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Tradução: Carlos Eugenio Marcondes de Moura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

WEBER, Max. "A ciência como vocação". In: WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia.** Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2002, pp. 90-107.